

PROPOSTAS AO PLANO DE GOVERNO DOS CANDIDATOS AO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1. DIAGNÓSTICO DO SERVIÇO DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL/ ATER NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. (2014/2018)

O Espírito Santo precisa urgentemente compreender que a ciência, a economia e qualidade de vida do homem do campo andam juntas no mundo contemporâneo. Governos que relegam Ciência, Tecnologia e Inovação a um segundo plano condenam o futuro de sua gente.

O Incaper é um órgão do estado do Espírito Santo com competência para realizar desenvolvimento social, econômico e ambiental, possuindo relevante história para a sociedade espírito-santense. Dessa forma, é preciso considerar os pleitos já aprovados em assembleia geral dos servidores e apresentados enquanto pauta ao governo do estado do espírito santo destacados no final do documento itens que abaixo expomos:

Na transferência da Gestão 2010/14 para a de 2015/18 o Governo Estadual optou por uma política descompromissada com o segmento majoritário da área rural capixaba, constituído por cerca de 80% de agricultores familiares, numa sinalização, clara, de que esse setor “teria apoio, porém, não prioridade”.

Além disso durante a última gestão, foram nomeados oito (8) Presidentes do INCAPER, dos quais quatro (4) com perfil político, ao mesmo tempo que, pela 1ª vez, nesses 62 anos, foi nomeado um Diretor Técnico de fora dos quadros do Instituto.

Sem discussão alguma com servidores foi elaborada uma proposta de novo organograma do INCAPER, com extinção das antigas Chefias de Escritórios Locais e criação de 11 Centros Regionais, onde seriam lotados os atuais servidores, além da abertura para designação dos cargos comissionados por servidores outros, não necessariamente do Incaper. Felizmente, surtiu efeito a resistência da Associação de Servidores/ASSIN, apoiada pela Comissão de Agricultura da ALES e dos movimentos sociais do campo, evitando, assim, a tragédia que seria a extinção dos escritórios locais.

Ademais, a gestão estadual insistiu nos cortes lineares e progressivos no orçamento do INCAPER, sem avaliar as repercussões, refletindo no comprometimento da sua missão institucional. A título de exemplo, dos R\$ 14 milhões do tesouro estadual para a pesquisa no ES, período 2015/2018, apenas R\$ 4 milhões ingressaram nos cofres do INCAPER, sendo que os outros R\$ 10 milhões foram aplicados em instituições federais, que já dispunham de orçamento da União! Comprometeu o quadro de servidores passando de 735 em 2014 para menos 576 até o fim de 2018, com isso resultou numa queda do número de projetos de pesquisa, desenvolvimento e assistência técnica e extensão rural, de 159 em 2014 para 130 em 2018, bem como numa redução de aproximadamente 50% nos atendimentos prestado pelo Incaper aos agricultores.

Para se ter uma idéia, a recomendação da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD é de um técnico de Assistência Técnica e Extensão Rural/ATER para cada 100 famílias de agricultores familiares. Assim seriam necessários mais de 800 profissionais no Espírito Santo, atuando diretamente no campo.

Considerando-se ainda a meta de cobertura, pelo Estado, de 50% dos agricultores familiares, conclui-se que o INCAPER deveria atuar com cerca de 400 técnicos diretamente no campo e outros 150 na pesquisa agropecuária. Entretanto, a disponibilidade atual é de apenas 150 técnicos na ATER e apenas 38 pesquisadores, o que tem comprometido, sobremaneira, a sua prestação de serviços, que, historicamente, foi de excelência.

Esta diminuição do quadro de pessoal é resultado não só da não reposição das aposentadorias e perdas para o mercado, como também pela falta de valorização dos servidores. Equívocos como remunerar um doutor com acréscimo de apenas 5 % no salário, bem como manter o salário do técnico de nível médio em apenas 49 % do nível superior também foram fatores determinantes. Tudo isso, somado à falta de condições de trabalho, falta de diálogo e pelos cortes de despesas lineares, tem prejudicado a captação de recursos externos, diante do risco concreto de não se conseguir cumprir as contrapartidas exigidas. Da mesma forma, essa brusca redução de pessoal tem colocado em risco a continuidade do plano de saúde e do seguro de vida em grupo, para desespero dos servidores e suas famílias.

O desmonte de uma instituição pública sexagenária como o INCAPER tem efeito avassalador, pois a sua recuperação é sempre dramática, lenta e penosa, quer sob a ótica dos trâmites burocráticos, quer pela lentidão da recuperação da sua credibilidade, sem considerar o esfacelamento da sua cultura interna.

Neste contexto para resgatar a credibilidade e a sustentabilidade do Sistema Operacional da SEAG e de suas vinculadas, em especial, do INCAPER, é preciso fortalecer esta instituição pública que trabalha para a valorização da agricultura familiar capixaba.

2. COMPROMISSOS DO GOVERNO COM A PESQUISA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL E COM A ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO INCAPER

- 1- Fortalecimento da Assistência Técnica da Extensão Rural (ATER) e da Pesquisa agrícola com orçamento específico estadual garantindo recursos de custeio e investimento para que não deixem de ser executadas as ações de ATER e Pesquisa, por falta de recursos;
- 2- Garantir, com recursos próprios, que os projetos de pesquisa e as ações de ATER contemplem a produção de alimentos e a soberania alimentar e nutricional, contribuindo para que as famílias do rural e da cidade tenha uma dieta alimentar saudável no seu dia a dia;
- 3- Fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, com as comunidades e povos tradicionais, com os ribeirinhos, pescadores e aquicultores;
- 4- Atendimento das demandas e necessidades dos servidores(as) do INCAPER através da constituição de mesa de negociação permanente com as representações associativas e sindical;
- 5- Eleição para toda Diretoria do INCAPER a partir do voto direto dos seus servidores (os) e com critérios definidos em ação conjunta com a ASSIN;

- 6- Implementação da Comissão de Segurança do Trabalho (COSAT), pois o problema da saúde e de segurança tem sido crônico dentro do Incaper.
- 7- Adequar o planejamento anual do Incaper, bem como sua forma de gestão, para que sejam ouvidos os agricultores familiares e suas organizações, os poderes públicos municipais e os servidores no momento de sua elaboração e execução;
- 8- Garantir a realização periódica das reuniões do Conselho de Administração do Incaper bem como a participação dos movimentos sociais, conforme regimento do novo organograma do Incaper;
- 9- Realizar a reavaliação da implementação e funcionamento da nova estrutura organizacional e seus impactos em todos os níveis hierárquicos e nos processos operacionais;
- 10- Garantir que a Assin contribua nas indicações dos perfis de atores em instâncias decisórias do Incaper, tais como: Gerentes, Coordenadores e outros cargos de gestão em todos os níveis hierárquicos;
- 11- Reavaliar o sistema de avaliação de desempenho de forma a valorizar a competência e o trabalho dos servidores e servidoras do INCAPER na mesma medida dos resultados e das entregas de 62 anos de serviço público ao Estado;
- 12- Propor, de forma integrada com a Assin, um programa orçamentário e financeiro capaz de contemplar e garantir a reposição das perdas salariais ocorridas nos últimos anos das diversas categorias do INCAPER reestruturando o plano de carreira, cargos e salários e que o mesmo seja capaz de manter-se atualizado, tendo como linha do tempo o mandato de governo de 04 anos;
- 13- Regulamentação do acelerador de progressão já previsto em lei complementar;
- 14- Reestruturação orçamentária, de pessoas e de infraestrutura para implementação de políticas públicas da agricultura familiar e reforma agrária nas gerências da SEAG;
- 15- Garantir autonomia da Assin na elaboração e execução dos programas de formação para o seu quadro social, com foco nos aspectos da valorização associativa e de organização dos trabalhadores (as);

- 16- Promover a formação de gestores locais, regionais e coordenadores de programas e projetos do Incaper numa ação conjunta com a Assin;
- 17- Completar o quadro ideal de servidores(as), por meio de concurso público, a partir da necessidade regional e local, contemplando categorias profissionais, e que possa atender as necessidades internas da autarquia em conformidade com as novas oportunidades que se fazem presente no rural capixaba;
- 18- Não terceirização do serviço público estadual e oficial de ATER e Pesquisa, prestado pelo Incaper, em todos os seus níveis de execução;
- 19- Garantir a liberação de dois diretores da Assin para exercício de suas funções associativas.
- 20- Priorizar o orçamento de CT&I, via FUNCITEC e FAPES, garantindo recursos para o Incaper, como instituição pública oficial do governo do estado do Espírito Santo que desenvolve pesquisa aplicada para a agropecuária;
- 21- Modernização das unidades descentralizadas (Centros de Pesquisa, Fazendas Experimentais, Escritórios Locais e Distritais) visando melhorias na infraestrutura, máquinas, equipamentos e na saúde e segurança do trabalhador;
- 22- Redesenhar os processos do Incaper, de forma que, além de robustez e integridade, a eficiência seja priorizada.

3. COMPROMISSOS DA PESQUISA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL COM A AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA E SUAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E DE REPRESENTAÇÃO

- 1- Criar programas e políticas públicas que valorizem o trabalho e a competência dos agricultores familiares e camponeses, comunidades e povos tradicionais, pescadores e aquicultores e de suas formas de organização ligadas à agricultura familiar orgânica e agroecológica, fortalecendo o processo de venda direta, institucional e outros mecanismos de comercialização, evitando a intermediação;

- 2- Elaborar e organizar a implantação de métodos de planejamento e gerenciamento da unidade de produção familiar tendo como princípio que este segmento tem uma forte presença na economia das comunidades rurais e do município como gerador de trabalho emprego e renda;
- 3- Construir com os agricultores familiares e camponeses, comunidades e povos tradicionais, pescadores e aquicultores e suas organizações para além dos aspectos econômicos e do lucro, priorizando os aspectos sociais, ambientais e de saúde, em especial aqueles relacionados ao uso de insumos químicos e práticas de uso dos recursos naturais – água e solo no processo produtivo;
- 4- Fortalecer de forma gerencial e administrativa as organizações de representação dos agricultores familiares e camponeses, comunidades e povos tradicionais, pescadores e aquicultores centrado na valorização de seu conhecimento e saber, da realidade e potencialidade local, da gestão familiar.
- 5- Atender as vocações e desafios ao novo momento da agricultura capixaba: atendimento ao mercado local e regional, proporcionar um processo de mudança compatível com as exigências do consumidor perda da identidade rural;
- 6- Criar programas e políticas públicas para incentivar e fortalecer as agroindústrias rurais familiares apostando no diálogo com as novas oportunidades e multifuncionalidades para o novo rural;
- 7- Retomar e fortalecer as ações de desenvolvimento rural a partir da reorganização e qualificação social e política dos conselhos municipais, territoriais e estadual com a construção de novos paradigmas de fomento para infraestruturas produtivas e de mercado dos agricultores familiares e camponeses, planejado e orientado pelos servidores (às) da ATER em conjunto com as organizações sociais de representação da agricultura familiar e camponesa.
- 8- Propor programas e projetos que atendam a reforma agrária e agrícola enquanto políticas públicas de Estado com a proposição de programas e projetos que permitam a sua real concretização tendo como foco a produção de alimentos e a geração de trabalho e renda a todos e todas que dela participam;

- 9- Adequar o gerenciamento dos serviços de ATER e Pesquisa Agropecuária de forma que sejam respeitados os costumes e os valores dos agricultores familiares, das comunidades e povos assistidos pelo Incaper bem como considerar a experiência, autonomia e o conhecimento da equipe local na construção do processo de planejamento e gerenciamento dos serviços;
- 10- A pesquisa, a assistência técnica e a extensão rural devem apresentar projetos e ações que efetivamente tenham real dotação e aplicação orçamentária para recuperação e conservação da água e dos solos, com base numa matriz de produção agroecológica engajados em processo de mercado e comercialização mais justo e solidário;
- 11- As políticas públicas de pesquisa assistência técnica e extensão rural devem ser formuladas e implementadas a partir de um conjunto de diretrizes advindos do valor, do saber e do conhecimento dos agricultores familiares e camponeses, comunidades e povos tradicionais, pescadores e aquicultores;
- 12- Valorizar a pesquisa aplicada como elemento essencial de um processo de desenvolvimento que conduza ao aumento da renda e da qualidade de vida da população, principalmente no meio rural;